

# Referências das Rotinas Administrativas da EMERJ

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

## **RAD-EMERJ-001 – Documento Estratégico da EMERJ**

Com vigência a partir de 25/09/2023

RAD sem Referências

## **RAD-EMERJ-002 – Preparar Concurso Público para Ingresso na EMERJ**

Com vigência a partir de 27/09/2023

**Ato Regimental EMERJ 05/2023** do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da EMERJ;

**Ato Regimental EMERJ nº 07/2022** – Dispõe sobre Sistemas de Cotas na EMERJ;

**Ato Regimental EMERJ nº 2/2021** - Dispõe sobre a instituição e atribuições das novas comissões que passam a integrar as unidades organizacionais da EMERJ;

**Portaria EMERJ nº 18/2021** - Designa os membros das Comissões da EMERJ.

## **RAD-EMERJ-003 – Programar Cursos de Especialização**

Com vigência a partir de 15/03/2024

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

## **RAD-EMERJ-004 – Elaborar Cadernos de Exercícios**

Com vigência a partir de 27/09/2023

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

## **RAD-EMERJ-005 – Realizar Aulas e Avaliar Professores**

Com vigência a partir de 25/09/2023

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

## **RAD-EMERJ-006 – Elaborar Provas**

Com vigência a partir de 15/03/2024

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

## **RAD-EMERJ-007 – Coordenar Secretaria Acadêmica**

Com vigência a partir de 20/09/2023

**Lei nº 13.709/2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

---

**Ato Regimental nº 07/2022** – Dispõe sobre Sistema de Cotas;

---

**Ato Regimental nº 14/2021** - Regulamento do Trabalho Jurídico-Científico de Conclusão de Curso da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Regimental nº 05/2023** - Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Regimental nº 03/2018** - Resolve que os requerimentos formulados à Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ – deverão ser apreciados nos prazos que menciona, contados da data em que foram protocolados;

---

**Regulamento dos Estágios da EMERJ**

## **RAD-EMERJ-008 – Selecionar e Convidar Professores**

Com vigência a partir de 01/09/2023

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

## **RAD-EMERJ-009 – Gerenciar Programa de Estágio**

Com vigência a partir de 05/09/2023

**Ato Regimental nº 11/2021** Dispõe sobre a alteração do Regulamento do Estágio das Disciplinas Práticas Processuais do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, para inclusão da Justiça Itinerante, e do Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos, como áreas jurisdicionais nos quais os alunos do Curso de Especialização em Direito Público e Privado poderão fazer o estágio obrigatório;

---

**Ato Regimental nº 16/2021** Dispõe sobre a alteração do Regulamento do Estágio das Disciplinas Práticas Processuais do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, para inclusão dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, como áreas jurisdicionais nos quais os alunos do Curso de Especialização em Direito Público e Privado Poderão fazer o Estágio;

---

**Ato Regimental nº 06/2023** Dispõe sobre a alteração do Regulamento das Disciplinas Práticas Processuais do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, para alterar o quinto grupo de Estágio;

---

**Ato Regimental nº 10/2023** Dispõe sobre a alteração do Regulamento do Estágio das Disciplinas Práticas Processuais do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, para alterar o cumprimento do Estágio Obrigatório;

---

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

---

## Regulamento dos Estágios

### **RAD-EMERJ-010 – Elaborar e Coordenar Publicações Científicas**

Com vigência a partir de 05/09/2023

**Ato Regimental nº 09/2023** – Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ;

---

**NBR 10.520 (jul./2023)** - Informação e Documentação – Citações e documentos – Apresentação;

---

**NBR 6023 (nov./2018, versão corrigida 2020)** – Informação e Documentação – Referências – Elaboração;

---

**NBR 6021 (maio/2015, versão corrigida 2016)** – Informação e Documentação – Publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação;

---

**NBR 14.724 (abril/2011)** – Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação;

---

---

**NBR 6022 (maio/2018)** – Informação e Documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação.

---

**NBR 6028 (maio/2021)** – Informação e Documentação – Resumo, resenha e recensão – Apresentação.

---

## **RAD-EMERJ-011 – Realizar Curso Oficial de Formação Inicial para Magistrado**

Com vigência a partir de 15/09/2023

**Resolução ENFAM nº 2/2016 e suas alterações** – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

---

**Resolução ENFAM n. 1 de 13.3.2017 e suas alterações** - disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora de curso de pós-graduação

---

**Instrução Normativa ENFAM nº 1/2017** - Disciplina o credenciamento de cursos oficiais;

---

**Ato Normativo TJ 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

---

**Resolução CM 02/2022** - Regula os Processos de Vitaliciamento dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

---

## **RAD-EMERJ-012 – Realizar Cursos Oficiais de Aperfeiçoamento para Fins de Vitaliciamento**

Com vigência a partir de 05/09/2023

**Resolução ENFAM nº 2 de 8 de Junho de 2016 e suas alterações** – Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

---

**Resolução ENFAM n. 1 de 13.3.2017 e suas alterações** - disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora de curso de pós-graduação

---

**Instrução Normativa ENFAM nº 1/2017** - Disciplina o credenciamento de cursos oficiais;

---

**Resolução CM Nº 02/2022** – Regula os processos de vitaliciamento dos magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

---

---

**Ato Regimental Nº 03/2017 da EMERJ** - Estrutura a Comissão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da EMERJ e define suas atribuições.

---

**Ato Normativo TJ 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro -SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

### **RAD-EMERJ-013 – Realizar Cursos Oficiais de Formação Continuada para Magistrados**

Com vigência a partir de 25/09/2023

**Resolução nº 106/2010 e alterações** – Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.

---

**Resolução ENFAM nº 2/2016 e alterações** – Dispõe sobre os programas para a formação, e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores;

---

**Resolução ENFAM n. 1 de 13.3.2017 e suas alterações** - disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora de curso de pós-graduação

---

**Resolução ENFAM nº 11/2020** - Disciplina o Reconhecimento de outras ações educativas, exceto cursos oficiais para fins de promoção na carreira da magistratura e dá outras providências;

---

**Resolução ENFAM nº 08/2021** - Estabelece os critérios de pontuação ou valoração de aperfeiçoamento técnico para promoção dos(as) magistrados(as) estaduais e federais;

---

**Instrução Normativa nº 1/2017** – Disciplina o credenciamento de cursos oficiais da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM);

---

**Ato Normativo TJ 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro -SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

### **RAD-EMERJ-014 – Protocolizar Documento**

Com vigência a partir de 27/09/2023

**Lei Federal n.º 14.133 de 01/04/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

---

**Ato Normativo nº 02/2023** – Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. (prorrogada até 31/12/2023 de acordo com a Medida Provisória nº 1.167, de 31 de março de 2023, cabendo autorização superior a sua utilização);

---

**Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

---

**Ato Normativo n.º 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

---

**Ato Normativo TJ n.º 27/2021** - Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Decreto nº 3.147, de 28 de abril de 1980.** Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287, de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

---

**Lei nº 13.709/2018 Lei da LGPD** – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

---

**Ato Normativo TJ nº 14/2023** - Institui a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

---

**Resolução OE nº 04/2023** - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

---

**Ato Regimental nº 09/2023** - Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro –EMERJ.

## **RAD-EMERJ-016 – Administrar o Quadro de Pessoal**

Com vigência a partir de 27/09/2023

**Lei nº 11.788, de 25.09.2008** - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de

março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

---

**Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Decreto 2479/1979** - Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Decreto-lei nº 220/1975** - Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo 26/2009** – Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei nº 13.709/2018** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

---

## **RAD-EMERJ-017 – Gerenciar Compras**

Com vigência a partir de 30/09/2022

**Lei Federal 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei Federal 10.520/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

---

**Lei Complementar 123/2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1. de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

---

**Lei 14.133/2021** – Regulamenta normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

---

**Decreto Federal nº 7.892/13** - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

---

---

**Decreto nº 10.024/2019** – Regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

---

**Deliberação TCE nº 312/2020** - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;

---

**Deliberação TCE nº 281/2017** - dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão Fiscal - SIGFIS e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 03/2019** - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade denominada pregão; nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

---

**Ato Executivo TJ nº 141/2018** - Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCE-RJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

### **RAD-EMERJ-018 – Coordenar Serviços Gerais de Infraestrutura e Logística**

Com vigência a partir de 20/09/2023

RAD sem Referências

### **RAD-EMERJ-019 – Gerenciar Suporte de Áudio e Vídeo**

Com vigência a partir de 15/09/2023

RAD sem Referências

### **RAD-EMERJ-020 – Editar Publicações e Gerar Impressos**

Com vigência a partir de 27/09/2022

RAD sem Referências

### **RAD-EMERJ-021 – Gerenciar Aquisição, Recebimento, Guarda, Controle e Distribuição de Material**

Com vigência a partir de 10/05/2023

---

**Lei 14.133/2021, art. 75, II** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas; autárquicas, fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

---



**Lei Federal 8.666/93**, art. 24, II. - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

---

**Lei 4.320/1964** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 28/2015** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Deliberação 278/17 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE)** - Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da Administração Estadual e dá outras providências;

---

**Classificador de Receita e Despesa (Governo do Estado do Rio de Janeiro).**

## **RAD-EMERJ-022 – Realizar Atividades Relativas à Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial**

Com vigência a partir de 05/09/2023

**Lei 4.320, de 17 de março de 1964** - Estituiu Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

---

**Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, revogada parcialmente pela Lei Federal nº 14.133/2021;

---

**Lei Federal nº 10.520/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

---

**Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021** - Institui normas gerais de licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei Estadual 287, de 4 de dezembro de 1979** - Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências, com alteração da Lei 3506/00;

---

**Lei Estadual nº 1.624/1990** – Criação do Fundo Especial da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei Complementar nº 101/2000** – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

---

---

**Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);**

---

**Lei Orçamentária Anual (LOA);**

---

**Decreto Estadual nº 46.930/2020** – Aprova as classificações de planejamento e orçamento e delega competência para dispor sobre as classificações de planejamento e orçamento do Estado;

---

**Ato Executivo nº 78/2021** - Delega as competências que menciona;

---

**Deliberação nº 248/08 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro** – TCE-RJ – Institui, no âmbito estadual e municipal, o módulo “Término de Mandato” no Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS), disciplinando, ainda, o encaminhamento dos elementos pertinentes, e dá outras providências;

---

**Deliberação nº 278/17 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro** – TCE-RJ – Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da Administração estadual e dá outras providências;

---

**Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público** – NBCASP;

---

**MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional;**

---

**Manual de Orientação do Gestor Público, da Contadoria Geral do Estado** - CGE-RJ;

---

**Classificador de Planejamento e Orçamento do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pela SEFAZ-RJ;**

---

**Manuais Técnicos elaborados pela Superintendência de Normas Técnicas (SUNOT), da Contadoria Geral do Estado** (CGE-RJ);

---

**Normas e orientações técnicas da Contadoria Geral do Estado** (CGE-RJ).

---

## **RAD-EMERJ-023 – Realizar Conciliação Bancária**

Com vigência a partir de 02/06/2017

---

**Lei nº 287, de 04/12/1979** – Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei 3506, de 13/12/2000** – Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

---

---

**Lei 1.624, de 12/03/1990** – Criou o Fundo Especial da EMERJ.

---

**Lei nº 4.320, de 17/03/1964** - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

---

**Manual SGEMERJ** – Controle do Fundo EMERJ.

---

### **RAD-EMERJ-024 – Realizar Conciliação Bancária, Liquidação e o Agendamento do Pagamento de Despesas**

Com vigência a partir de 05/09/2023

**Lei nº 287, de 04/12/1979** - Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro.

---

**Lei 3.506, de 13/12/2000** - Altera os dispositivos da Lei 287, de 04/12/1979.

---

**Lei 1.624, de 12/03/1990** - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

---

**Lei nº 8.666, de 21/06/1993** - Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública.

---

**Lei nº 4.320, de 17/03/1964**, Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro.

---

**Lei nº 14.133, de 01/04/2022**, Lei de Normas Gerais de Licitação e Contratos Administrativos;

---

**MCASP** – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

---

**Portaria Conjunta MTP/RFB/ME Nº 33, de 3 de outubro de 2022;**

---

**Manual de Orientação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (e Social).**

---

### **RAD-EMERJ-025 – Gerenciamento das Arrecadações do Fundo Especial da EMERJ**

Com vigência a partir de 05/09/2023

**Lei 1.624, de 12/04/1990** - Criou o Fundo Especial da EMERJ.

---

---

Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado;

**RAD-EMERJ-026 – Planejar e Realizar as Atividades do Gabinete da Direção-Geral da EMERJ**

Com vigência a partir de 27/09/2023

**Ato Executivo TJ nº 141/2018** - Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCE-RJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

**Ato Normativo nº 27/2021** - consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

**Manual de Elaboração de Atos Formais de Gestão Administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.**

**RAD-EMERJ-027 – Coordenar a Biblioteca da EMERJ**

Com vigência a partir de 22/05/2023

**Classificação Decimal Universal;**

**Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia;**

**Normas de documentação da ABNT**

**Tabela de CUTTER**

**Vocabulário Controlado Básico do PRODASEN**

**Tesouro Jurídico da Justiça Federal**

**Tesouro do Senado Federal**

**Vocabulário Jurídico (Tesouro) do STF**

**Vocabulário Jurídico controlado (Tesouro) do STJ**

**Vocabulário Controlado de Termos Jurídicos da Biblioteca da EMERJ**

---

---

**Manual de Seleção de Atos Oficiais para indexação**

---

**Normas de Atendimento da Biblioteca e da Videoteca**

---

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

### **RAD-EMERJ-029 – Medir a Percepção dos Clientes da EMERJ**

Com vigência a partir de 20/09/2023

**Lei 13.709/2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

---

**Ato Regimental nº 8/2023** - Institui o Código de Ética da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

---

**Cartilha do Código de Ética da EMERJ - 2023.**

### **RAD-EMERJ-030 – Selecionar e Avaliar Fornecedores**

Com vigência a partir de 18/04/2018

**Lei 8.666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei 10.520/2002** - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

---

**Lei Complementar 123/2006** - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

---

**Lei Estadual nº 287/79** – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

### **RAD-EMERJ-031 – Tratamento de Saídas e de Produtos não Conformes na EMERJ**

Com vigência a partir de 20/09/2023

RAD sem Referências

---

## **RAD-EMERJ-033 – Coordenar os Trabalhos de Conclusão de Curso**

Com vigência a partir de 15/09/2023

**Regulamento do Trabalho Jurídico-Científico de conclusão de Curso da EMERJ**

---

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.**

---

**Caderno de Normas para a Elaboração e a Apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso da EMERJ.**

## **RAD-EMERJ-034 – Gerir Recursos de Informática**

Com vigência a partir de 20/09/2023

**Resolução TJ/OE Nº 05/2019** - Institui a Política de Segurança da Informação (PSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo TJ Nº 09/2010** - Estabelece normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo TJ N.º 08/2019** - Estabelece as normas para Gestão de Segurança da Informação (GSI) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

---

**Lei nº 13.709/2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

## **RAD-EMERJ-035 – Gerenciar Cotações**

Com vigência a partir de 30/09/2022

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

---

**Lei nº 8.036/90, art. 27** – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

---

**Lei 8666/1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências - artigo 24, inciso II;

---

**Lei nº 9.012/95, art. 2º** - Proíbe as instituições de crédito de conceder empréstimo, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS;

---

**Lei nº 14.133 de 01/04/2021**- Estabelece normas gerais de licitações e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

---

---

**Decreto Federal 9.412/2018** - Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

---

**Decreto 3147/1980** - Regulamenta o Capítulo IV do Título V do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, aprovado pela Lei nº 287 de 04/12/79, que dispõe sobre a concessão, a aplicação e a comprovação dos adiantamentos e dá outras providências.

---

**Ato Normativo nº 03/2019** – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

---

**Ato Normativo TJ nº 27/2021, de 15/12/2021** – Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

---

**Portaria MPOG nº 306/2001, de 13/12/2001** – Implementa o Sistema de Cotação Eletrônica de Preços na plataforma COMPRASNET, com vistas a dotar de maior transparência os processos de aquisição de bens de pequeno valor, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, na Lei 8666/93;

---

**Portaria nº 358/14** – Dispõe sobre a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União-DAU por elas administrados;

---

**Portaria EMERJ nº 96/2021, de 30/08/2021** – Designa a Diretora do Departamento de Administração (DEADM) na função de homologador, junto ao Sistema Eletrônico COMPRASNET;

---

**Instrução Normativa 03/2017** – Altera a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

### **RAD-EMERJ-036 – Coordenar Monitoria Acadêmica**

Com vigência a partir de 22/05/2023

RAD sem Referências

### **RAD-EMERJ-037 – Realizar a Comunicação Institucional e Produção Gráfica da EMERJ**

Com vigência a partir de 05/09/2023

RAD sem Referências

## **RAD-EMERJ-038 – Coordenar Curso de Extensão**

Com vigência a partir de 25/09/2023

**Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Ato Regimental dos Cursos de Extensão;**

---

**Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023**, que institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003;

---

**Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019**, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências.

## **RAD-EMERJ-039 – Estruturar, Programar e Realizar Cursos de Especialização em Nível de Pós-Graduação Lato Sensu**

Com vigência a partir de 27/09/2023

**Regimento do Curso de Especialização em Direito Público e Privado da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Ato Regimental nº 04/2023;**

---

**Regulamento do Trabalho Jurídico–Científico de Conclusão de Curso da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;**

---

**Caderno de Normas do Trabalho Jurídico - Científico de Conclusão;**

---

**Tabelas de diversos pagamentos realizados na EMERJ;**

---

**Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;**

---

**Deliberação CEE/RJ nº 328/2012-** Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;



---

**Deliberação CEE/RJ Nº 399/2022** – Estabelece normas complementares para Implementação de ações de inclusão educacional e digital, buscando eliminar barreiras que possam obstar o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades, superdotação e necessidades específicas para aprendizagem no sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Parecer CEE/RJ nº 032/2008** – Credencia a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, para ministrar Cursos de Especialização de Pós-Graduação, Lato Sensu, pelo prazo de 05 (cinco) anos e autoriza o funcionamento do Curso de Especialização em Direito para a Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, exclusivamente, na sua sede situada na Avenida Erasmo Braga, nº 115, 4º andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, a partir do ano de 2007;

---

**Parecer CEE/RJ nº 029/2010** - Autoriza a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro-EMERJ, a ministrar Cursos de Especialização de Pós-Graduação, Lato Sensu em Direito Penal e Processual Penal e Especialização em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para funcionar, exclusivamente, na sua sede situada na Avenida Erasmo Braga, nº 115, 4º andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial;

---

**Parecer CEE/RJ nº 251/2010** – Autoriza a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, EMERJ, a ministrar Cursos de Especialização, Pós-Graduação Lato Sensu, em Direito Processual Civil, em Direito Constitucional, em Direito Tributário e em Direito da Administração Pública, até 24 de Abril de 2013, para funcionar na sua sede situada na Avenida Erasmo Braga, nº 115, 4. andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, a partir da data da publicação deste ato no Diário Oficial;

---

**Parecer CEE/RJ Nº 031/2014** - Recredencia a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 05 (cinco) anos e autoriza o funcionamento dos Cursos de Especialização em Direito Penal e Processual Penal, Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil, Direito Processual Civil, Direito Tributário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Ambiental e Direito para a Carreira da Magistratura Estadual, todos em nível de Pós-Graduação Lato Sensu, pelo mesmo prazo de 05 (cinco) anos, localizada na Rua Dom Manoel, nº 25, Centro, no Município do Rio de Janeiro – RJ, nos termos da Deliberação CEE–RJ n. 328/2012;

---

**Parecer CEE nº 066/2019** – Recredencia a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 05 (cinco) anos, para o funcionamento de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, localizada na Rua Dom Manoel, nº 25, Centro, no Município do Rio de Janeiro, RJ, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7, de 08 de Setembro de 2011 e Deliberações CEE N. 325/2012 e CEE N. 328/2012 a partir da publicação deste Parecer no Diário Oficial.

## **RAD-EMERJ-040 – Realizar Fóruns Permanentes**

Com vigência a partir de 15/09/2023

**Ato Regimental 08/2022 da EMERJ**

---

**Resolução CM nº 02/2020** – Dispõe sobre a educação continuada para os fins de desenvolvimento dos servidores nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

### **RAD-EMERJ-041 – Gerenciar Núcleos de Pesquisa**

Com vigência a partir de 20/09/2023

**Ato Regimental nº 09/2023** – Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ;

---

**Ato Regimental nº 20/2021** – Cria e instala o Núcleo de Pesquisa em Direito Comparado – NUPEDICOM no âmbito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ;

---

**Ato Regimental nº 13/2021** – Regulamenta a concessão de bolsa de fomento à pesquisa no âmbito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ;

---

**Ato Regimental nº 12/2021** – Altera o Ato Regimental nº 07/2020, que instalou o Observatório de Pesquisas Bryant Garth (OPBG) e os Núcleos Permanentes de Pesquisa da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ, publicado no dia 01 de outubro de 2020;

---

**Resolução CM nº 02/2020** – Dispõe sobre a educação continuada para os fins de desenvolvimento dos servidores nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, revogando a Resolução CM nº 07/2016, publicada no dia 06 de maio de 2016;

---

**Resolução CNJ nº 325/2020** – Institui a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, aplicável aos tribunais indicados nos incisos II a VII do art. 92 da Constituição Federal e aos Conselhos de Justiça, nos termos do seu Anexo I. (Anexo I – Mapa estratégico do Poder Judiciário 2021-2026. Macrodesafios do Poder Judiciário e respectivas descrições.);

---

Plataforma LATTES – Módulo Produção Técnica. Disponível em:< <https://lattes.cnpq.br> > web > dgp > producao-c-t-a3 >.

### **RAD-EMERJ-042 – Coordenar Cursos Livres**

Com vigência a partir de 27/09/2022

RAD sem Referências

### **RAD-EMERJ-043 – Customizar Cursos em EAD**

Com vigência a partir de 26/09/2023

RAD sem Referências

---

## **RAD-EMERJ-044 – Gerenciar Formalização de Termos Acordos de Cooperação e Convênio**

Com vigência a partir de 15/01/2024

**Deliberação TCE nº 312/2020** - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais e municipais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando ao controle e à fiscalização dos atos administrativos que especifica;

---

**Deliberação TCE nº 281/2017** - Dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão Fiscal - SIGFIS e dá outras providências;

---

**Ato Executivo TJ nº 141/2018** - Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCERJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Resolução TJ/OERJ nº 04/2023** – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 19/2020** – Institui e implanta o Sistema Eletrônico de Informação – SEI como meio oficial e obrigatório de informações, documentos e processos administrativos eletrônicos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

---

**Ato Regimental nº 09/2023** - Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ;

---

**Ato Normativo TJ nº 24/2022** - Altera o Ato Normativo TJ nº 3/2013, que regulamenta a criação e disposição dos Órgãos Colegiados Administrativos no âmbito da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

---

**Ato Normativo TJ nº 25/2022** - Altera o Ato Normativo TJ nº 3/2013, que regulamenta a criação e disposição dos Órgãos Colegiados Administrativos no âmbito da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Lei Federal nº 13.019/2014**, alterada pela Lei nº 13.204/2015 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

---

**Ato Normativo TJRJ nº 06/2018** - Estabelece regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ e as organizações da Sociedade Civil – OSC;

---

**Ato Executivo TJRJ nº 199/2018** - Relaciona os documentos necessários para a celebração de acordo de cooperação;

---

---

**Lei Federal nº 14.133/2021** - Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

---

**Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023** - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão;

---

**Lei Federal nº 13.709/2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

---

Resolução Casa Civil nº 350 de 17 de julho de 2014 - Dispõe sobre a implantação do sistema de convênios do Estado do Rio de Janeiro – CONVERJ e aprova as diretrizes para os convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da administração pública e procedimentos para o seu funcionamento no âmbito do Estado do Rio de Janeiro);

---

**Deliberação TCE específica de convênio com repasse de verbas nº 278/2017** - Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da administração estadual e dá outras providências.

---

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria-Geral de Administração**

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)

13/03/2024